



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2024
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC)

Apresentação: 04/12/2024 12:05:38.460 - Mesa

RIC n.4505/2024

Solicita informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V, 115, I, e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, requeiro que sejam solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Desse modo, solicito o detalhamento das seguintes informações:

- Considerando que muitos pequenos produtores podem estar em áreas vulneráveis a incêndios, de que forma o governo garantirá que esses produtores não sejam injustamente penalizados em um sistema de confisco, especialmente em casos onde as causas do fogo são externas e criminosas?*
- O Brasil já enfrenta dificuldades significativas na fiscalização de áreas protegidas e no controle de atividades ilegais em terras privadas. Como o governo pretende melhorar a capacidade de*

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241535912400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

monitoramento e fiscalização, considerando as vastas áreas sujeitas a incêndios, para garantir que o confisco seja justo e eficaz?

- Por que o governo parece estar focado no confisco de terras como uma solução punitiva, quando muitos especialistas defendem que medidas preventivas, como incentivos à preservação e maior fiscalização preventiva, seriam mais eficazes no longo prazo?*
- A ministra mencionou que o confisco será aplicado em casos de incêndios "claramente criminosos". Quais critérios objetivos serão usados para definir o que constitui um incêndio criminoso, e como o governo evitará o uso arbitrário dessa medida?*
- Considerando o potencial impacto econômico dessa medida, especialmente em regiões onde a agropecuária é uma atividade dominante, o governo avaliou possíveis efeitos colaterais, como a desvalorização de terras e o impacto sobre investimentos na região?*
- Por que o governo não explora alternativas menos radicais, como a aplicação de multas substanciais ou a exigência de recuperação ambiental obrigatória, em vez de focar em medidas extremas como o confisco de terras, que podem ser demoradas e controversas?*
- O confisco de terras, mesmo em casos de crimes ambientais, pode ser visto como uma medida extrema que afeta o direito constitucional à propriedade. O governo não teme que essa medida*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Apresentação: 04/12/2024 12:05:38.460 - Mesa

RIC n.4505/2024

crie um precedente perigoso que enfraqueça a proteção dos direitos de propriedade no Brasil, especialmente em outras áreas?

- Qual será o destino das terras confiscadas? O governo já tem um plano concreto para reinserir essas terras na economia de maneira sustentável, ou elas ficarão sob a posse do Estado, potencialmente criando áreas subutilizadas e sem manutenção adequada?*
- Há uma preocupação de que o confisco de terras possa ser utilizado de maneira política ou para fins de pressão em conflitos locais envolvendo questões ambientais e fundiárias. Quais salvaguardas o governo pretende adotar para evitar que a medida seja usada de forma abusiva ou arbitrária?*
- Em muitas áreas, o Estado falha em oferecer infraestrutura, fiscalização e apoio técnico para evitar incêndios florestais. Diante disso, não seria injusto responsabilizar unicamente os proprietários de terras, quando o próprio governo tem sua parcela de responsabilidade por não fornecer os recursos necessários para prevenir incêndios?*

JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte da Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241535912400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda meios legais para confiscar terras de autores de incêndios florestais criminosos no país, disse nesta quarta-feira a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. De acordo com a ministra, os estudos se inspiram na lei que permite o confisco contra proprietários que exploram trabalho análogo à escravidão em suas terras. Marina não deu um prazo para a conclusão desses estudos, nem disse quando uma proposta neste sentido pode estar pronta, mas defendeu a necessidade de endurecer as leis que preveem punições para autores de incêndios criminosos. Atualmente, disse a ministra, a pena máxima chega a cinco anos de prisão.

“Quem fez a queima criminosa haverá de pagar. Estamos estudando as medidas de como aumentar a pena, inclusive há uma discussão de que se possa aplicar o mesmo estatuto que se aplica para situações análogas à escravidão, em que aquela terra é confiscada, ela volta para o domínio do Estado para quem comete incêndio que seja claramente criminoso”, disse ela a jornalistas em evento do G20 sobre bioeconomia. “Isso está dentro da nossa sala de situação. É um debate que está sendo feito. Numa democracia, não se faz para fazer pirotecnia, tem que ver toda a base legal e o que dá suporte a uma ação dentro do Estado Democrático de Direito.”

A ministra afirmou que foram abertos ao menos 32 inquéritos para investigar incêndios de origem criminosa no país. Ela mencionou que as queimadas que se espalharam pelo Brasil neste ano, particularmente na Amazônia e no Pantanal, mas também em outras regiões, como o interior de São Paulo e áreas do Centro-Oeste, incluindo Brasília, são resultado da combinação entre a seca, causada pelas mudanças climáticas, e a criminalidade.

“Neste ano e no ano passado houve uma redução de 60% no desmatamento, considerando os dois anos, mas a criminalidade, ciente de que a floresta está perdendo umidade, em aliança com as mudanças climáticas, atea fogo na floresta para destruí-la sem a necessidade de desmatamento”, afirmou.

“Queimadas sucessivas enfraquecem a floresta, permitindo que seja lançado capim para criação de gado, iniciando uma pressão para regularização fundiária. Esse esgotamento de áreas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

ilegalmente ocupadas precisa ser interrompido definitivamente, para que não haja ganho ou vantagem com essa forma criminoso de degradação da floresta."

Marina admitiu que até o final do período seco, entre outubro e novembro deste ano, a situação das queimadas permanecerá "difícil" e que haverá muito trabalho pela frente.

Em agosto deste ano, o número de focos de incêndio na parte brasileira da floresta amazônica bateu recorde, alcançando o maior nível desde 2010, conforme dados do governo federal. Satélites detectaram 38.266 focos de incêndio na Amazônia em agosto, mais que o dobro do registrado no ano anterior, e o maior número para o mês desde 2010, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Ainda, consoante divulgado², Lula da Silva encetou a criação de uma Autoridade Climática. O petista anunciou a medida em meio à seca que dura mais de cem dias e às intensas queimadas no país. A proposta foi responsável por selar a reaproximação do presidente com a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, após dez anos de rompimento. A Autoridade Climática é um órgão que terá o objetivo de coordenar e implantar estratégias para enfrentar as mudanças climáticas e eventos extremos.

Essa autoridade tem a missão de apoiar e articular as ações do governo federal, promovendo a adaptação climática. Além disso, será criado um Comitê Técnico-Científico para fornecer suporte e garantir a implantação eficaz das políticas públicas relacionadas ao clima. *"O plano anterior para o meio ambiente estava claro era abrir a porteira para deixar o gado passar. E a gente acha que a gente pode até criar gado, mas não precisa destruir a floresta e o nosso planeta para a gente criar", afirmou Lula no evento. "A gente pensa que pegava fogo só no Pantanal, na Caatinga, na Mata Atlântica, na Amazônia. Não, pegou fogo em 45 cidades, no mesmo dia, em São Paulo. E esse fogo é criminoso", lembrou. "É gente que está tentando colocar fogo para destruir este país. No Pantanal, 85% das propriedades atingidas são privadas, não são terras públicas". "A Autoridade Climática é um desenho que vai trabalhar no sentido da articulação, da formulação dos regramentos voltados para fazer esse enfrentamento [às questões climáticas]", disse, por sua vez, Marina Silva.*

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241535912400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos

Apresentação: 04/12/2024 12:05:38.460 - Mesa

RIC n.4505/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Por fim, informo que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 223/2024, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, transformado em requerimento de informação, ao ser aprovado pelo plenário desta Comissão, na reunião extraordinária do dia 27/11/2024.

Sala da Comissão, em 3 de dezembro de 2024.

Deputado **Joseildo Ramos**
Presidente

<https://istoe.com.br/governo-lula-pretende-confiscar-terras-de-autores-de-incendios-criminosos-diz-marina-silva/>

²<https://revistaforum.com.br/meioambiente/2024/9/12/lula-deve-confiscar-terras-dos-autores-de-incndios-criminosos-anuncia-marina-165437.html>

Apresentação: 04/12/2024 12:05:38.460 - Mesa

RIC n.4505/2024

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241535912400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos



* C D 2 4 1 5 3 5 9 1 2 4 0 *